



Revista Giro do Horizonte Edição 2016 - 2º Semestre

A MINUSTAH ANTE AS CARACTERÍSTICAS
DAS OPERAÇÕES DE NÃO GUERRA:
IMPLICAÇÕES PARA O EMPREGO
DA INTELIGÊNCIA MILITAR TERRESTRE NAS OPERAÇÕES
DE PAZ

Victor Almeida Pereira

GIRO
DO HORIZONTE

A MINUSTAH ANTE AS CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES DE NÃO GUERRA: IMPLICAÇÕES PARA O EMPREGO DA INTELIGÊNCIA MILITAR TERRESTRE NAS OPERAÇÕES DE PAZ

Victor Almeida Pereira¹

RESUMO

Neste artigo, buscou-se analisar a atividade de inteligência na Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti (MINUSTAH), à luz das características das operações militares de não guerra, concluindo sobre as implicações para o emprego da inteligência militar terrestre nas operações de paz. Primeiramente, foram abordadas as generalidades sobre o ambiente operacional haitiano, a criação da MINUSTAH e a atividade de inteligência exercida no âmbito dessa missão da ONU. Posteriormente, foram descritas as principais características das operações de não guerra e, de forma mais detalhada, das operações de paz, com ênfase para as peculiaridades da atividade de inteligência nessas operações. Por fim, foram discutidas quais as implicações dessas particularidades para o emprego da inteligência militar terrestre na MINUSTAH, concluindo-se sobre as contribuições para as demais operações de paz com emprego de tropa.

Palavras-chave: MINUSTAH. Operações de não guerra. Inteligência Militar Terrestre. Operações de paz

LA MINUSTAH ANTE LAS CARACTERÍSTICAS DE LAS OPERACIONES NO BÉLICAS: IMPLICACIONES PARA EL EMPLEO DE LA INTELIGENCIA MILITAR TERRESTRE EN LAS OPERACIONES DE APOYO A LA PAZ

RESUMEN

En este artículo, se ha buscado analizar la actividad de inteligencia en la Misión de las Naciones Unidas para la estabilización de Haití, bajo el enfoque de las características de las operaciones no bélicas, concluyendo acerca de las implicaciones para el empleo de la inteligencia militar terrestre en las operaciones de apoyo a la paz. Primeramente, se presentan las generalidades del entorno operacional haitiano, la creación de la MINUSTAH y la actividad de inteligencia ejercida en el ámbito de esa misión de la ONU. Enseguida, fueron descritas las principales características de las operaciones no bélicas y, de manera más detallada, de las operaciones de apoyo a la paz, con énfasis para las peculiaridades de la actividad de inteligencia en esas operaciones. Por fin, fueron discutidas cuales son las implicaciones de esas peculiaridades para el empleo de la inteligencia militar terrestre en la MINUSTAH, concluyéndose acerca de las contribuciones para las demás operaciones de apoyo a la paz con empleo de tropa.

Palabras-clave: MINUSTAH. Operaciones no bélicas. Inteligencia Militar Terrestre. Operaciones de apoyo a la paz.

¹ Capitão da Arma de Artilharia. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras em 2005. Especialista em Inteligência Militar pela Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIMEx - 2008) e pela Escuela de Guerra del Ejército de Tierra (EGET - Espanha - 2013). Em 2010, exerceu a função de Adjunto da Seção de Coordenação Civil-Militar no 13º contingente do 1º Batalhão de Infantaria de Força de Paz no Haiti. Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em 2014.

1 INTRODUÇÃO

A tomada acertada de decisões sempre dependeu de um assessoramento oportuno. Pessoas em funções de chefia, direção ou comando necessitam constantemente de informações concernentes ao ambiente no qual estão inseridas, de forma a poderem decidir com o mínimo de incertezas possíveis. A análise de cenários e as prováveis repercussões decorrentes das ações de comando foram, e continuarão sendo, preocupações de líderes nos diversos níveis (AFONSO, 2009, p. 8).

Essa atividade de produção do conhecimento que visa à identificação de ameaças e oportunidades é denominada Inteligência (BRASIL, 2013, p. 3).

No meio militar, há milênios já se sabe da imprescindibilidade de informações, a fim de propiciar um emprego adequado da tropa, conforme relata Sun Tzu em seu tratado “A arte da guerra” (TZU, 1999, p. 111).

No campo da política internacional, por sua vez, isso não é diferente. Nas operações de paz (Op Paz) da Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, a presença de inúmeros atores (BRASIL, 1998b, p. 3-1) exige um acompanhamento constante da conjuntura, a fim de permitir a tomada de decisões pertinentes no âmbito diplomático, que não gerem hostilidades entre as partes beligerantes ou em conflito.

O uso da Inteligência nas missões de paz da ONU sempre foi considerado um tema bastante sensível, pois o vínculo que se estabelece entre a atividade e a clandestinidade fere os princípios de neutralidade e imparcialidade da Organização. Contudo, nem sempre é necessário o emprego destes elementos para a aquisição de informações. O advento da Internet e a popularização do uso de computadores, por exemplo, têm permitido a realização de coletas de dados em abundância em fontes abertas, o que contribui bastante para a atividade de Inteligência sem violar a Carta da ONU. A atividade de coleta de dados realizada junto à população também contribui para a produção do conhecimento sem ferir os valores preconizados pelas Nações Unidas.

De maneira análoga, a MINUSTAH possui uma estrutura voltada para a Inteligência e isso se reflete também no componente militar da missão. Tanto o Estado-Maior do *Force Commander* como os Batalhões subordinados possuem suas seções de Informações.

Considerando, pois, que as operações de paz consistem em um tipo de operação de não guerra (BONN; BAKER, 2000, p. 13), e admitindo a possibilidade de envio de tropas brasileiras para outras Op Paz (BRASIL, 2008, p. 17), cabe formular o seguinte questionamento: em que medida as características das operações militares de não guerra geram implicações para o emprego da atividade de inteligência militar terrestre na MINUSTAH?

Vale ressaltar que a participação de tropas brasileiras em missões de paz contribui – e deve ser aproveitada – para a formulação doutrinária própria e efetiva, de acordo com o preconizado no manual C 95-1: operações de manutenção de paz, constituindo-se em excelente oportunidade para a incorporação de enriquecedora experiência militar (BRASIL, 1998b, p. 1-1):

Ademais, a END trata, em sua diretriz número 19, da participação crescente das Forças Armadas em operações de manutenção da paz, vinculando os benefícios do fortalecimento do sistema de segurança coletiva no mundo à defesa nacional (BRASIL, 2008, p. 17), o que reforça a importância do estudo do tema para as ciências militares.

2 METODOLOGIA

O presente artigo visa a um estudo de aplicabilidade prática às Ciências Militares, sem o uso de métodos estatísticos, o que o define como uma pesquisa aplicada e qualitativa.

Para se atingir ao objetivo proposto, foram utilizados como instrumentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e registros pessoais obtidos durante a permanência do 13º contingente do Batalhão de Infantaria de Força de Paz no Haiti.

Nesse sentido, optou-se por utilizar uma abordagem indutiva, onde, a partir de um estudo particular, buscou-se uma generalização das conclusões obtidas, a despeito das limitações da pesquisa. Desse modo, através da análise da MINUSTAH, procurou-se extrair ensinamentos que possam ser usados em outras operações de paz em ambientes operacionais semelhantes ao Haiti.

Assim, escolheu-se o método comparativo, no qual, por meio da enumeração das características das Op Ng e da posterior comparação com os aspectos que definem a Atv Intlg na MINUSTAH, foi possível responder ao problema delimitado.

3 O HAITI, A MINUSTAH E A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

A história do Haiti, primeira colônia da América Latina a se tornar independente, é marcada por uma elevada instabilidade político-institucional, a despeito do período colonial próspero, no qual a região era referência mundial na comercialização de produtos agrícolas tropicais, sobretudo o açúcar (BAGGIO, 2000, p. 2).

Ao explicar esse paradoxo entre a prosperidade econômica do país e a posterior decadência do Estado haitiano, Escoto (2009, p. 24) tece os seguintes comentários:

[...] a revolução haitiana, inspirada nos ideais da Revolução Francesa de 1789, trouxe um significado especial aos novos conceitos de liberdade e igualdade racial e ganhou um lugar proeminente na história mundial. No entanto [...] O insucesso dos líderes haitianos em desenvolver uma sociedade inclusiva resultou em discriminação e agitação política constante [...] negros e mulatos, unidos em determinados momentos na causa comum contra os europeus, passaram a hostilizar-se numa forma 'sui generis' de racismo, medido nem tanto por preconceitos raciais e culturais, mas pelas ambições de cada grupo de exercer o controle político do Estado emergente.

Diante desse ambiente propício à luta pelo poder, diversos atores emergiram na busca pela dominação do país: os militares, a elite econômica mulata, a elite intelectual negra (da qual fazia parte Papa Doc²), os "tontons macoutes" (milícia controlada pela ditadura de Duvalier), as "chimères" (gangues paramilitares controladas pelo governo), a Polícia Nacional do Haiti (PHN) e outros³. É, pois, nessa conjuntura de múltiplos atores hostis que a ONU buscou - e ainda busca - contribuir na solução das questões que assolam o povo haitiano.

Após então, a renúncia do presidente Jean Bertrand Aristide, em 29 de fevereiro de 2004, Boniface Alexandre, presidente da Suprema Corte, assumiu interinamente a presidência e solicitou, de imediato, o apoio das Nações Unidas para contornar a crise política instaurada no país.

Essa intervenção em solo haitiano iniciou-se com a constituição de uma Força Multinacional Interina (MIF), por meio da Resolução nº 1529 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, composta pelos EUA, Canadá, Chile e França

² François Duvalier, ditador haitiano, exerceu a Presidência do Haiti entre 1957 e 1971, também conhecido como Papa Doc.

³ MATIJASCIC, 2010, passim.

(UNITED NATIONS, 2004a, p. 1), sendo consolidada, em seguida, com a criação da MINUSTAH, através da Resolução nº 1542, de 30 de abril de 2004⁴, a qual se encontra desdobrada no Haiti desde então (UNITED NATIONS, 2004b, p. 1).

A MINUSTAH é composta por três grandes componentes - o militar, o policial e o civil - sendo, por isso, considerada uma missão complexa, em virtude da multiplicidade de atores envolvidos (BRASIL, 2006, p. 14).

Nos primeiros contingentes, o componente militar era o preponderante na missão, uma vez que o nível de segurança era demasiado baixo, ante os conflitos constantes, ao passo que nos últimos contingentes, o estabelecimento de um grau adequado de segurança permitiu um aumento de policiais e civis, em detrimento do militar.

Em face dessa variação de cenário e da existência de diversas forças adversas, Cruz (2011) afirma que, no decorrer da missão, não havia uma frente definida para a atuação da tropa, assim como tampouco havia somente ações de combate ou humanitárias.

Acerca da questão humanitária, Pereira (2007, p. 11) comenta que, em virtude da ausência do Estado e na ânsia de obter o apoio da população, todos os contingentes militares da MINUSTAH empregam recursos próprios em prol da melhoria de vida dos haitianos.

No tocante aos escalões decisórios, Krulak (1999, tradução nossa) enfatiza que em ambientes operacionais como o Haiti, o êxito das operações está, muitas vezes, baseado nas decisões tomadas por líderes de pequenas frações, cujas ações influenciam não só o nível tático, mas também o operacional e o estratégico. Essa proximidade dos escalões de decisão é inclusive um aspecto considerado na preparação dos militares brasileiros para as missões de paz, atestando que quaisquer erros cometidos no nível combatente individual podem afetar sobremaneira o bom cumprimento da missão (BRASIL, 1999b, p. 11-3).

Sendo assim, diante da complexidade da problemática haitiana, verificou-se a necessidade de se estruturar um órgão de assessoramento ao Representante Especial do Secretário Geral da ONU (SRSG), denominado *Joint Mission Analysis Cell* (JMAC), elemento de Intlg de nível mais elevado da MINUSTAH.

⁴ A Resolução 1542 instituiu a atuação da MINUSTAH sob o amparo do capítulo VII da Carta da ONU. Sendo assim, a MINUSTAH consiste em uma operação de imposição da paz (FREITAS M., 2010, p. 77; PEREIRA, 2007, p. 13; UNITED NATIONS, 1995, p. 18).

3.1 A JOINT MISSION ANALYSIS CELL (JMAC)

A grande quantidade de informações recebidas de diversas fontes exige que toda missão de paz multidimensional deve estabelecer uma estrutura que agilize os processos de análise e o gerenciamento de informações civis e militares. Essa estrutura é materializada em uma célula de análise conjunta, a JMAC, que é responsável pelas atividades de coleta e busca, coordenação, análise e difusão das informações e dos relatórios oriundos de todos os componentes da missão, tendo como principal objetivo assessorar o SRSG e o *Force Commander* (FC) no processo de tomada de decisão (UNITED NATIONS, 2003, p. 69, tradução nossa).

A MINUSTAH foi uma das pioneiras na implementação da JMAC no contexto de uma missão de paz complexa. Iniciando seus trabalhos em 2005, essa célula permitiu ao comando da missão antecipar-se às ações das organizações criminosas em diversas cidades haitianas, sobretudo na capital Porto Príncipe⁵.

Contudo, a forma de atuação não ortodoxa da JMAC, particularmente nos anos de 2006 e 2007, provocou o surgimento de opiniões contrárias ao seu emprego, devido ao "extenso uso de informantes locais [...] para determinar a localização e a atividade de líderes de organizações criminosas [...] em Porto Príncipe" (DORN, 2009, p. 806, tradução nossa).

Basicamente, a JMAC está estruturada em uma chefia, um grupo de assessores (*staff*) uma turma de análise (sendo esta dividida em equipes de avaliação de longo e de curto prazo), uma turma de informações correntes e uma turma de obtenção, sendo todos seus componentes experientes na área de Inteligência.

A ligação com os demais setores da MINUSTAH é realizada por meio do *staff*, que é composto por um representante de cada escritório da Missão e de elementos da segunda seção do estado-maior do FC. Essa capilaridade permite uma melhor difusão das necessidades de Inteligência, bem como de conhecimentos produzidos, atendendo, assim, ao princípio da oportunidade, crucial para a atividade de Intlg.

⁵ A JMAC da MINUSTAH se deparou com o desafio de organizar e gerenciar uma ampla rede de fontes e de informações, em meio à atuação das forças adversas. A título de exemplo, Pereira (2007, p. 11) atesta que cerca de trinta emissoras de rádio funcionavam em Porto Príncipe e que serviam de fontes de informações para a Missão. Já Dorn (2009, p. 827, tradução nossa) menciona que para gerenciar as fontes humanas, houve a necessidade de se constituir um banco de dados eletrônicos.

Esse aspecto capilar reflete-se nos escalões inferiores, principalmente nas Unidades do componente militar, que se constituem em importantes instrumentos de produção do conhecimento de Intlg, merecendo destaque o Batalhão de Infantaria de Força de Paz, maior OM da MINUSTAH.

4 AS OPERAÇÕES MILITARES DE NÃO GUERRA

Sabe-se historicamente que as Forças Armadas de todo o mundo são vocacionadas exclusivamente para a guerra. Na Idade Antiga, por exemplo, é possível verificar que a atribuição dos exércitos era, sobretudo, expandir e conquistar territórios, além de prover a segurança dos respectivos Estados contra invasores externos.

Entretanto, hodiernamente, as FFAA têm sido cada vez mais empregadas em atividades que não propriamente as de combate. No Brasil, especificamente, a própria Constituição Federal de 1988, prevê, em seu artigo 144, outras ações de responsabilidade das FFAA que não somente as de defesa externa (BRASIL, 2011, p. 106).

Diante disso, houve-se por bem distinguir as operações de guerra das que não compatibilizavam com esse tipo de classificação. Assim, a Doutrina Militar Terrestre definiu como operações de guerra aquelas “que utilizam o Poder Militar, explorando a plenitude de suas características de emprego da força” (BRASIL, 2014, p. 2-9).

Por outro lado, as demais operações que não se encaixavam nesse contexto foram conceituadas como operações de não guerra⁶, cujas definições são sintetizadas no Quadro 1 a seguir:

⁶ Atualmente, diante da indefinição de guerra e paz no mundo (HOBBSAWN, 2009, p. 15), o emprego de força militar ocorre simultaneamente em todos os espectros das Op Mil, o que trouxe à tona um novo conceito: as operações no amplo espectro, nas quais há a combinação de operações ofensivas, defensivas, de pacificação e de apoio a órgãos governamentais, a fim de se atingir os objetivos desejados (BRASIL, 2014, p. 3-6; UNITED STATES OF AMERICA, 2008, p. 3-1).

Doutrina americana	Doutrina espanhola	Doutrina brasileira
As operações militares de não guerra (Op Ng) podem ser empreendidas para complementar qualquer combinação de outros instrumentos do poder nacional. Para entender as Op Ng, é preciso entender como elas diferem das operações de guerra. Embora a Op Ng e a guerra possam por vezes parecer similares nas ações, a Op Ng foca na dissuasão e na promoção da paz, enquanto a guerra engloba operações de combate de larga-escala para atingir os objetivos nacionais ou para proteger os interesses nacionais.	Op Ng são aquelas desenvolvidas ante uma ampla gama de circunstâncias variáveis que reúnem atividades políticas, militares e civis que contribuem para a prevenção e para a solução de conflitos e para o gerenciamento de crises, a fim de se atingir os objetivos políticos estabelecidos.	Op Ng é aquela em que as FFAA, embora utilizando-se do Poder Militar, são empregadas em tarefas que não envolvam o combate propriamente dito, exceto em circunstâncias específicas, em que esse poder é usado de forma limitada.

QUADRO 1 - Definições de Op Ng conforme as doutrinas americana, espanhola e brasileira L, 2014, p. 2-9; ESPAÑA, 2003, p. 13-1, tradução nossa; UNITED STATES OF AMERICA, 1995, p. vii, tradução nossa.

Com base nessas definições, a doutrina militar de defesa (DMD) enumera como operações de não guerra as seguintes: garantia dos poderes constitucionais, garantia da lei e da ordem, atribuições subsidiárias, prevenção e combate ao terrorismo, ações sob a égide de organismos internacionais, emprego em apoio à política externa em tempo de paz ou crise e outros empregos (BRASIL, 2007b, p. 43).

Em suma, depreende-se que, enquanto na guerra o uso da força é o que a caracteriza, nas Op Ng o combate é uma exceção.

Em linhas gerais, Bonn e Baker (2000, p. 5, tradução nossa) asseveram que nas Op Ng, é fundamental a integração entre as forças militares e os demais atores atuantes no ambiente operacional considerado, o que atesta a importância das operações interagências na consecução dos objetivos traçados. Nesse contexto, os trabalhos empreendidos por organizações não governamentais (ONG), organizações voluntárias privadas (OVP), agências governamentais e internacionais devem ser coordenados, a fim de se evitar uma duplicação desnecessária de esforços.

De maneira análoga à doutrina brasileira, Bonn e Baker (2000, p. 5, tradução nossa) comentam que os militares, por vezes, não estarão exercendo o papel principal, sendo normal que realizem inúmeras atividades de apoio aos órgãos participantes, em detrimento das operações propriamente militares.

Outro aspecto que merece especial destaque é que os objetivos políticos das Op Ng permeiam todos os níveis, desde o tático até o estratégico-político (ESPAÑA, 2003, p. 13-3; UNITED STATES OF AMERICA, 1995, p. 1-2, tradução nossa), tornando-se imprescindível que “todo o pessoal militar envolvido entenda os objetivos políticos e o potencial impacto de ações inapropriadas” (BONN; BAKER, 2000, p. 5, tradução nossa). Ademais, os chefes militares devem se manter atentos

às mudanças decorrentes não somente dos fatores operacionais, mas também dos objetivos políticos, pois estes tendem a influenciar sobremaneira as operações militares (BONN; BAKER, 2000, p. 6, tradução nossa).

Verifica-se, então, que os ambientes operacionais das Op Ng são bastante suscetíveis a variações, impondo aos comandantes de todos os níveis a necessidade de se ter uma mentalidade flexível, além de uma rapidez de raciocínio e um elevado nível de previsão, no intuito de tornar as operações mais eficientes e eficazes.

4.1 PARTICULARIDADES DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES DE NÃO GUERRA

No que se refere à atividade de Inteligência nas Op Ng, a doutrina americana para operações conjuntas ressalta, de um modo geral, a necessidade da abrangência nas ações de coleta e busca de informações. No manual *Joint Pub 3-07* se menciona que as Op Ng requerem uma Inteligência multifocal, com o uso de todo tipo de fontes, na medida em que uma abordagem sobre uma única fonte não atende a todas as necessidades (UNITED STATES OF AMERICA, 1995, p. IV-2, tradução nossa).

De acordo, ainda, com a doutrina norte-americana, as fontes humanas nas Op Ng são as mais úteis (UNITED STATES OF AMERICA, 1995, p. IV-2, tradução nossa). Tal fato é perfeitamente compreensível, uma vez que as Forças Armadas atuarão sempre próximas à população nesse tipo de operação. Além disso, a Inteligência Humana (HUMINT ou Intlg Hu) pode ainda complementar as informações adquiridas por outras fontes, permitindo assim a obtenção de dados mais precisos (UNITED STATES OF AMERICA, 1995, p. IV-2, tradução nossa).

No tocante aos elementos essenciais de Inteligência (EEI), enquanto que nas operações de guerra, a Inteligência envia esforços para descobrir a capacidade militar do inimigo, nas Op Ng, o foco está em “compreender os fatores políticos, culturais e econômicos que afetam a situação” (UNITED STATES OF AMERICA, 1995, p. IV-2, tradução nossa), demonstrando, mais uma vez, que nesse tipo de operação, a expressão militar nem sempre é a mais importante.

Já a respeito do uso de cartas topográficas, a doutrina estadunidense recomenda que essas fontes não devem ser subestimadas. Todavia, particularmente

em operações multinacionais, os dados topográficos (*datum*, sistemas de coordenadas, unidades de medidas) devem ser coordenados com antecedência, sob pena de gerar imprecisões nas locações na carta, considerando as diferenças existentes nas cartas procedentes de outros países (UNITED STATES OF AMERICA, 1995, p. IV-3, tradução nossa).

Em resumo, infere-se que as particularidades da Atv Intlg nas Op Ng residem basicamente em dois aspectos: amplitude (na medida em que se recomenda o uso do maior número possível de fontes) e foco em outras expressões do poder que não somente a militar (em virtude dos próprios objetivos das Op Ng).

5 AS OPERAÇÕES DE PAZ

Embora desde 1948 a ONU já tratasse das questões de manutenção da paz no quadro de sua Divisão de Assuntos Políticos, foi somente em 1992 que se criou oficialmente o Departamento de Operações de Manutenção de Paz (DPKO). O papel desse departamento, contudo, só se tornou mais compreensível a partir de junho de 1992, quando Boutros-Ghali elaborou um plano para fortalecer a capacidade da ONU no campo da diplomacia preventiva e da manutenção da paz, intitulado “Uma Agenda para a Paz” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 376).

Nesse documento, posteriormente complementado pelo “Suplemento de uma Agenda para a Paz”, em 3 de janeiro de 1995, foram elencadas as atividades realizadas pelas Nações Unidas concernentes à paz e à segurança internacional, a saber: diplomacia preventiva (*preventive diplomacy*), promoção da paz (*peacemaking*), manutenção da paz (*peacekeeping*), consolidação da paz (*post-conflict peace-building*) e imposição da paz (*peace-enforcement*) (BRASIL, 2006, p. 14).

Desse modo, considerando que a MINUSTAH foi instituída sob o capítulo VII da Carta da ONU, serão abordadas, na seção seguinte, as características das operações de imposição da paz.

5.1 CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES DE IMPOSIÇÃO DA PAZ

Em matéria de intervenção, a imposição da paz é a que constitui a modalidade mais grave de atuação da ONU, ou seja, a mais coercitiva, uma vez que

não há um consentimento das partes em conflito (ESPAÑA, 2003, p. 13-13, tradução nossa). Nesse tipo de operação, o Conselho de Segurança, após constatar uma ameaça à paz, decide empregar a força armada, de forma a restaurar a segurança internacional. Assim, pode-se empregar tanto a força armada de um determinado país, como também utilizar-se de uma força multinacional composta por militares de diversos países (BRASIL, 2006, p. 15).

Cumprido notar que o uso da força ampara-se, neste caso, no capítulo VII da Carta da ONU, sendo que os alvos da ação militar serão a facção ou as facções que se recusem a cessar as agressões. Dessa forma, essas medidas de *peace-enforcement* poderão exigir a realização de operações de combate, para atingir seus objetivos (BRASIL, 1998b, p. 3-3).

A esse respeito, adverte-se também na doutrina militar espanhola que a força militar deve ser dotada de flexibilidade suficiente para se adaptar a mudanças conjunturais, inclusive devendo estar em condições de realizar operações bélicas em caso de necessidade (ESPAÑA, 2003, p. 13-13, tradução nossa).

A estrutura adotada para as missões de paz é bastante abrangente e, dependendo do Mandato da missão, consiste na atuação de diversos componentes: militar, policial, direitos humanos, humanitário, eleitoral, político etc (BRASIL, 2006, p. 23).

Vale ressaltar também que “as operações de paz são conduzidas em ambientes dinâmicos condicionados por inúmeros fatores e variáveis que influenciam decisivamente a forma como são desenvolvidas as operações” (BRASIL, 1998b, p. 3-4). O nível de consentimento, o nível de uso da força e o grau de imparcialidade são fatores críticos que devem ser levados em consideração no desencadeamento dessas operações (BRASIL, 1998b, p. 3-4).

É importante enfatizar que, mesmo nas operações de *peace-enforcement*, com a realização de operações de combate, as atividades de ajuda humanitária a todos os envolvidos no conflito contribuem bastante para a manutenção do adequado grau de imparcialidade (BRASIL, 1998b, p. 3-4) e, por consequência, para uma maior legitimidade da força perante a população.

Há, ainda, outros aspectos que influenciam de maneira decisiva o desenvolvimento das missões de paz, a saber: situação geopolítica, cultura e condições sociais predominantes, estágio atual do conflito, situação dos partidos em conflito, eficácia do governo local, grau de manutenção da lei e da ordem e grau de

cooperação da população (BRASIL, 1998b, p. 3-5).

Diante disso, nas OIP serão executadas, entre outras, as seguintes ações: restauração da lei e da ordem, proteção da ajuda humanitária e dos direitos humanos, contenção de conflitos, separação de beligerantes, estabelecimento de áreas protegidas, negação ou garantia de movimentos e imposição de sanções (ESPAÑA, 2003, p. 13-18, tradução nossa).

À primeira vista, pode parecer paradoxal estabelecer a paz com técnicas de guerra. Entretanto, deve-se ter em mente que conflitos, sejam internos ou entre países, afetam as nações vizinhas e, conseqüentemente, a ordem regional. Já ressaltava Aron (2002, p. 23) que as relações entre os Estados são feitas por meio das ações de diplomatas e soldados; estes representando o país pela força, aqueles exercendo suas funções políticas, falando em nome de seu país. Mingst (2009, p. 104) igualmente afirma que os Estados se utilizam da diplomacia, do poder econômico e da força para projetar poder.

Assim, fica claro que a atividade diplomática não pode prescindir do respaldo proporcionado pela força militar. Uma vez que as ações da ONU são de natureza diplomática, é natural, pois, que também possam incluir o uso de efetivos militares, para a consecução de seus objetivos.

5.2 PECULIARIDADES DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NAS OPERAÇÕES DE *PEACE-ENFORCEMENT*

Tida como um dos princípios operacionais e táticos das missões de paz, de acordo com o manual C 95-1, a Informação é fundamental para a força, pois possibilita avaliações atualizadas das atitudes e capacidades dos partidos envolvidos, incluindo todos os aspectos do ambiente de segurança que tenham potencial para uma possível escalada da violência, ou que, mais tarde, possam ameaçar a segurança física do pessoal das Nações Unidas (BRASIL, 1998b, p. 4-5).

Devido às suas próprias características, as operações de imposição de paz pressupõem momentos de conflito e outras práticas não afetadas ao uso da força. Todavia, “a Inteligência é empregada para dar suporte às operações de imposição de paz usando-se o mesmo processo utilizado em outras operações de combate” (BONN; BAKER, 2000, p. 76, tradução nossa; BRASIL, 1999b, p. 11-9).

Em contrapartida, as peculiaridades das OIP impõem certas restrições à Atv

Intlg, especificamente quanto aos meios utilizados para a reunião de informações, bem como no tocante aos conhecimentos necessários ao emprego da tropa.

Referente à aquisição de informações, a doutrina de inteligência de defesa assevera que a reunião de dados deve acontecer basicamente por meio da coleta (BRASIL, 2006, p. 42). Assim, diante dessa limitação no emprego de técnicas operacionais, “a atividade de inteligência desenvolvida no curso de operações de paz vale-se de todas as fontes disponíveis” (BRASIL, 2006, p. 42), tornando impositivo que o esforço de coleta seja reforçado, considerando a necessidade de se acompanhar todas as partes em litígio (BRASIL, 1999b, p. 11-8; ESPAÑA, 2003, p. 13-15).

Nesse sentido, a DMT prescreve que, a despeito do aproveitamento de outras fontes de dados, pode ocorrer que a Inteligência Humana seja a única disponível, o que torna a população, nessas operações, a principal fonte (BRASIL, 1999b, p. 11-9). Contudo, podem ser enumeradas ainda as seguintes fontes humanas: as patrulhas de reconhecimento, os observadores militares, elementos de outras Organizações Militares da Força de Paz, as partes em conflito, a rede de colaboradores, os órgãos de comunicação social, as autoridades civis da área e os policiais (BRASIL, 1999c, p. 11-9).

Observa-se, pois, que o amplo espectro das operações de imposição de paz impõe diversas variações no emprego do sistema de Inteligência, requerendo dos operadores e dos analistas uma preparação específica para esse tipo de missão, considerando que as limitações impostas à Atv Intlg exigem dos especialistas maior grau de criatividade e flexibilidade, a fim de superar essas restrições.

6 IMPLICAÇÕES PARA A INTELIGÊNCIA MILITAR TERRESTRE NAS OPERAÇÕES DE PAZ

Diante do referencial teórico apresentado, é incontroverso que a MINUSTAH consiste em uma operação de não guerra, haja vista que as operações de paz se enquadram no espectro de não guerra das Op Mil (UNITED STATES OF AMERICA, 1995; BONN, BAKER, 2000; BRASIL, 2007b; BRASIL, 2014; ESPAÑA, 2003).

Nesse sentido, é possível enumerar as seguintes especificidades das Op Ng: não linearidade, caracterizada pela atuação da tropa em diversas frentes; ações compreendidas no amplo espectro das Op Mil, desde assistência humanitária até

ações de combate; multiplicidade de atores presentes (multinacionais, estatais e não estatais); preponderância de ações voltadas para objetivos psicológicos e para a conquista do apoio da população; proximidade dos níveis político, estratégico e tático na tomada de decisões; instabilidade política, econômica e social do ambiente operacional; e elevado fluxo de informações decorrente da abundância de capacidades tecnológicas presentes no Ambi Op (BRASIL, 1998b; BONN, BAKER, 2000; BRASIL, 2006; ESPAÑA, 2003; UNITED STATES OF AMERICA, 1995).

Extraindo, pois, as características do ambiente operacional haitiano mencionadas na revisão de literatura e comparando-as com as peculiaridades acima mencionadas, é possível sintetizar essas informações no Quadro 1, a seguir:

Especificidades das Op Mil de não guerra	Características do Ambi Op haitiano apresentadas na revisão da literatura
Não linearidade	[...] no decorrer da missão que não havia uma frente definida para a atuação da tropa [...] (CRUZ, 2011).
Ações compreendidas no amplo espectro das Op Mil	[...] tampouco havia somente ações de combate ou humanitárias (CRUZ, 2011).
Multiplicidade de atores	Diante desse ambiente propício à luta pelo poder, diversos atores emergiam na busca pela dominação do país [...] (MATIJASCIC, 2010).
	A MINUSTAH é composta por três grandes componentes - o militar, o policial e o civil - sendo, por isso, considerada uma missão complexa, em virtude da multiplicidade de atores envolvidos [...]
Ações voltadas prioritariamente para objetivos psicológicos e para a conquista do apoio da população	[...] na ânsia de obter o apoio da população, todos os contingentes militares da MINUSTAH empregam recursos próprios em prol da melhoria de vida dos haitianos (PEREIRA, 2007).
Achatamento dos níveis decisórios	[...] em ambientes operacionais como o Haiti [...] o êxito das operações está, muitas vezes, baseado nas decisões tomadas por líderes de pequenas frações, cujas ações influenciam não só o nível tático, mas também o operacional e o estratégico [...] quaisquer erros cometidos no nível combatente individual podem afetar sobremaneira o bom cumprimento da missão (KRULAK, 1999; BRASIL, 1999b).
Instabilidade política, econômica e social	A história do Haiti [...] é marcada por uma elevada instabilidade político-institucional, a despeito do período colonial próspero [...] (BAGGIO, 2000).
Elevado fluxo de informações	A grande quantidade de informações recebidas de diversas fontes exige que toda missão de paz multidimensional deve estabelecer uma estrutura que agilize os processos de análise e o gerenciamento de informações civis e militares. Essa estrutura é materializada em uma célula de análise conjunta, a JMAC [...] A MINUSTAH foi uma das pioneiras na implementação da JMAC (UNITED NATIONS, 2003).
	[...] organizar e gerenciar uma ampla rede de fontes e de informações, em meio à atuação das forças adversas. [...] trinta emissoras de rádio funcionavam em Porto Príncipe [...] para gerenciar as fontes humanas, houve a necessidade de se constituir um banco de dados eletrônicos (DORN, 2009; PEREIRA, 2007).

QUADRO 1 - Relação entre as características das Op Ng e o Ambi Op haitiano

Fonte: o autor

Pode-se inferir, então, que o emprego da inteligência militar terrestre, por parte do BRABAT, será fortemente influenciada pelas particularidades das operações de não guerra, uma vez que todas as características dessas operações são evidenciadas no Ambi Op haitiano. Com isso, no Quadro 2 a seguir, recomendam-se as seguintes ações ao sistema de inteligência militar terrestre:

CARACTERÍSTICAS DAS Op Ng	AÇÕES RECOMENDADAS AO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA
Multiplicidade de atores	Rede de colaboradores abrangente nos diversos órgãos e atores participantes
	Padronização dos controles topográficos para facilitar o trabalho da Intlg lmg
	Diversidade nas fontes e nas técnicas de obtenção de dados
Instabilidade conjuntural	Flexibilidade de raciocínio dos analistas
	Obtenção de informações afetas a outras expressões do poder que não somente a militar
	Seção de Inteligência dotada de uma estrutura de trabalho flexível, de característica modular, ajustável às necessidades do comandante
Elevado fluxo de informações	Existência de um integrador de fontes na Central de Intlg
	Informatização dos bancos de dados
	Maior rigor na seleção de informações de interesse, por meio da correta aplicação da TAD
Não linearidade	Ações de busca/coleta descentralizadas
	Pequenas frações e combatentes individuais como fontes indispensáveis
Ênfase nos objetivos psicológicos e na conquista do apoio da população	Estudo de Situação de Intlg com enfoque no entendimento da cultura nativa
	População como principal fonte de dados
Proximidade dos níveis político, estratégico e tático	Rede de colaboração interagências nos três níveis
Operações militares em amplo espectro	Metodologia única de produção do conhecimento de Intlg, permitindo maior flexibilidade aos analistas, em face da variação do cenário
	Enfoque nas demais expressões do poder e não exclusivamente na militar

QUADRO 2 - Ações recomendadas à Intlg Mil Ter nas Op Paz

Fonte: o autor

Considerando-se as recomendações acima citadas, será possível aprimorar o emprego da atividade de Inteligência no Batalhão de Infantaria de Força de Paz, de forma a permitir um melhor assessoramento no processo de tomada de decisão, inclusive em outros ambientes operacionais semelhantes ao Haiti, em que o Brasil participe em missões de paz com o emprego de força militar no nível Batalhão.

Assim, pode-se concluir que, com um sistema de Inteligência Militar Terrestre mais consistente e abrangente, o BRABAT terá condições de incrementar suas capacidades operativas, por meio da redução do elevado grau de incerteza conjuntural advindo das peculiaridades dos ambientes operacionais nos quais há presença de tropas das Nações Unidas. Isso fará com que, cada vez mais, o

Batalhão seja reconhecido como uma importante ferramenta de intervenção pela força em missões de paz, bem como um instrumento fundamental de projeção do poder do Brasil no cenário internacional.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Leonardo Singer. Considerações sobre a relação entre a Inteligência e seus usuários. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, DF, n. 5, out. 2009.

ALBUQUERQUE, João Lins de. **Conversações**: 50 entrevistas essenciais para entender o mundo. São Paulo: Cultura, 2008.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BONN, Keith E.; BAKER, Anthony E. **Guide to military operations other than war: tactics, techniques and procedures for stability and support operations: domestic and international**. Mechanicsburg: Stackpole Books, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Lex**: código penal militar, código de processo penal militar, estatuto dos militares, constituição federal, legislação penal, processual penal e administrativa militar. Organização Álvaro Lazzarini. 12. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

_____. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=4&data=19/12/2008>>. Acesso em: 1 set. 2011.

_____. Exército. Estado-Maior. **C 95-1**: operações de manutenção da paz. 2. ed. Brasília, DF, 1998b.

_____. Exército. Estado-Maior. **EB20-MF-10.103**: operações. 1. ed. Brasília, DF, 2014.

_____. Ministério da Defesa. Estado-Maior de Defesa. **MD33-M-01**: manual de operações de paz. 2. ed. Brasília, DF, 2006.

BAGGIO, Kátia Gerab. Representações da nação mestiça no caribe hispânico insular. In: ENCONTRO DA ANPHLAC, 5., 2000, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2000. ISBN 85-903587-1-2.

CRUZ, Luiz Guilherme Paul. **Forças armadas em missões de paz, 2011**. Palestra ministrada em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa

Nacional do Senado Federal versando sobre os rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012), Brasília, em 21 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/comissoes/cre/ap/AP20111121_Luiz_Cruz.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

DORN, A. Walter. Intelligence-led peacekeeping: the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), 2006-07. **Intelligence and National Security**, [S.l.], vol. 24, n. 6, p. 805-835, dec. 2009. ISSN 0268-4527.

ESCOTO, Roberto. **Construção do estado e democratização do Haiti**: uma análise das intervenções da ONU sob o enfoque da segurança humana (1993-1996 e 2004-2008). 2009. 150 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

ESPAÑA. Ejército de Tierra. Mando de Adiestramiento y Doctrina. **DO2-004**: operaciones. Granada, 2003.

FREITAS, Marco Túlio Dalgobbo. A interoperabilidade nas operações de paz: as doutrinas do Brasil, França e Alemanha. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS: PODER AEROESPACIAL E ESTUDOS DE DEFESA, 3., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UNIFA, 2010.

HOBSBAWN, Eric J. **O novo século**: entrevista a Antônio Polito. Tradução de Cláudio Marcondes. São Paulo: Companhia das letras, 2009, 176 p. Versão inglesa de Allan Cameron do original em italiano.

KRULAK, Charles C. The strategic corporal: leadership in the three block war. **Marines Magazine**, jan. 1999. Disponível em: <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/usmc/strategic_corporal.htm>. Acesso em: 11 jun. 2014.

MATIJASCIC, Vanessa Braga. Haiti: uma história de instabilidade política. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E LIBERDADE, 10., 2010, Franca. **Anais...** Franca: UNESP, 2010.

MINGST, Karen A. **Princípios de relações internacionais**. Tradução de Arlete Simille Marques. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

PEREIRA, Augusto Heleno Ribeiro. O componente militar da Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti. **Military Review**, Fort Leavenworth, p. 2-13, jan-fev. 2007. Edição brasileira.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. Tradução de José Sanz. Rio de Janeiro: Record, 1999, 111 p. Versão inglesa de James Clavell do original em japonês.

UNITED STATES OF AMERICA. Departmente of the Army. **FM 3-0**: operations. Washington, DC, 2008.

_____. Department of Defense. Joint Chiefs of Staff. **Joint Pub 3-07**: joint doctrine for military operations other than war. Washington, DC, 1995.

UNITED NATIONS. **Charter of the United Nations and statute of the International Court of Justice**. San Francisco, 26 June 1945. Disponível em: <<http://treaties.un.org/doc/Publication/CTC/uncharter.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2013.

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations. **Handbook on United Nations multidimensional peacekeeping operations**. New York, 2003.

_____. General Assembly. **A/65/535**: Budget for the United Nations Stabilization Mission in Haiti for the period from 1 July 2010 to 30 June 2011. New York, 21 oct. 2010.

_____. General Assembly. Security Council. **A/50/60**: Supplement to an agenda for peace: position paper of the secretary-general on the occasion of the fiftieth anniversary of the United Nations. New York, 25 Jan. 1995.

_____. **Resolution 1529**. 29 February 2004. Adopted by the Security Council at its 4919th meeting. New York, 29 Feb. 2004a.

_____. **Resolution 1542**. 30 April 2004. Adopted by the Security Council at its 4961th meeting. New York, 30 Apr. 2004b.